PÁGINA ANTERIOR

podemos fazer, e encorajaria fortemente isso, é ajudar as pessoas em todo o mundo a partilhar conhecimento e informação. Devemos assegurar que os arquivos estejam abertos à investigação. Considero absolutamente deplorável, por exemplo, que a reação das autoridades sauditas às investigações sobre o seu tráfico de escravos tenha sido fechar os arquivos e desencorajar a investigação. Isso é precisamente o que não se deve fazer. Temos de compreender, temos de saber, temos de estudar. Devemos digitalizar documentos, traduzir fontes e tornar toda esta informação acessível. No fim de contas, fazemos todos parte da mesma humanidade e devemos reconhecer que há aspetos do nosso passado que não são bons.

Parece-me interessante que o fim da escravatura no Ocidente coincida com o início da Revolução Industrial. Talvez não seja mera coincidência. Talvez a máquina tenha substituído o escravo.
Há argumentos nos dois sentidos. Permita-me falar apenas da Grã-Bretanha porque é o caso que conheço melhor. Muitos argumentam que o dinheiro das plantações de açúcar nas Caraíbas financiou a Revolução Industrial. E é possível rastrear parte dessa riqueza do açúcar e da escravatura e verificar que foi canalizada para o processo de industrialização na Grã-Bretanha. Mas isso não explica, por si só, a Revolução Industrial. Por outro lado, à medida que as máquinas foram conquistando espaço e importância, a necessidade de mão-de-obra humana foi diminuindo. Acho interessante verificar que os europeus apenas recorreram em larga escala à escravatura nalguns locais específicos. Dentro da Europa utilizaram escravos ocasionalmente, mas relativamente pouco. Não tinham necessidade de enormes quantidades de mão-de-obra, uma vez que podiam contratar trabalhadores locais por preços muito, muito baixos. Para quê ir buscar alguém longe para fazer esse trabalho? É uma questão bastante complexa.

O abolicionismo surge numa época em que a Igreja estava a perder influência na sociedade. Não tinham as igrejas cristãs, os padres e os papas o dever moral de condenar a escravatura?
Receio que as religiões, de todos os tipos, tendem a alinhar-se com os poderosos. Podemos encontrar padres e papas que condenaram a escravatura. Isso está documentado. Recorro, mais uma vez, a um exemplo britânico. A abolição foi impulsionada sobretudo por um grupo religioso específico: os *quakers*, dissidentes religiosos que estavam profundamente convencidos de que a escravatura era imoral. Tinham uma característica curiosa: podiam levar muito tempo a chegar a uma decisão, mas assim que a tomavam não queriam saber se era preciso cem anos para chegarem onde queriam. E assim foi. Literalmente arrastaram a Grã-Bretanha para cem anos de indignação contra a escravatura e pressionaram ministro atrás de ministro dos Negócios Estrangeiros para investir enormes quantidades de tempo e de dinheiro na abolição do tráfico de escravos, no qual a Grã-Bretanha já não estava envolvida desde a década de 1830. Durante quarenta ou cinquenta anos, o país gastou dinheiro, tempo, energia e vidas de marinheiros a patrulhar as costas oriental e ocidental de África para impedir um tráfico de escravos em que já não participava.

Numa iniciativa liderada pelo Gana, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou recentemente uma resolução que classifica o tráfico transatlântico de africanos escravizados como o pior crime da história da humanidade. Li que esse reconhecimento poderá abrir caminho a pedidos de reparações históricas e financeiras. Considera legítimo transformar o sofrimento de pessoas que morreram há séculos em compensações destinadas a pessoas que vivem hoje e que, embora se considerem descendentes dessas vítimas, não sofreram diretamente esse crime?
Compreendo as razões que levam as pessoas a fazer estas reivindicações. Mas, na minha opinião, é altamente improvável que tenham sucesso. Os montantes envolvidos seriam tão elevados que dificilmente algum governo os aceitaria. E mesmo que aceitasse, surgiria imediatamente outro problema. Imaginemos que um determinado país chegava a acordo com uma antiga colónia e pagava uma compensação. O que impediria outras pessoas de virem mais tarde reclamar indemnizações? 'Pagaram aos outros, mas eu ainda estou a sofrer as consequências da escravatura'. Não se pode pagar um recibo e dar o assunto por encerrado. Acho que é um comportamento que não faz sentido. Não estou a dizer que não haja sofrimento, preocupações e dor que persistem. Aceito isso. Mas parece-me que transformar isso em compensações em dinheiro não será aceite pelos governos nem confirmado pelos tribunais.

E mesmo que fosse aceite não resolveria o problema?
Antes de mais, ignora outras formas de escravatura. Porque não haveriam os hausa, que foram escravizados pelos fulani no Califado de Socoto, de exigir compensações aos fulani? Porque não poderiam os ashanti ser responsabilizados pelo papel que desempenharam no comércio de escravos no interior profundo do Gana, precisamente o país que agora está a pedir dinheiro? E os sidi, na Índia, descendentes de escravos africanos? Deveriam pedir indemnizações ao Estado indiano? Onde é que isto acaba? Mas, acima de tudo: existem atualmente pelo menos cinco países africanos onde ainda é possível comprar, vender ou herdar seres humanos. No dia de hoje! Por que continuamos a discutir acontecimentos de há dois séculos? Devíamos era estar preocupados com estas pessoas.

Era precisamente isso que lhe queria perguntar, porque dedica uma parte substancial do final do livro à escravatura na África contemporânea. Podemos concluir que a existência de escravatura nos nossos dias contraria a tendência para associar a escravatura automática e quase exclusivamente ao colonialismo ou à Europa?
A escravatura esteve ligada ao colonialismo e esteve ligada à Europa. Mas também esteve ligada a muitas outras realidades e continua ligada ao mundo contemporâneo. Não podemos reduzi-la exclusivamente ao colonialismo nem exclusivamente à Europa. As provas são muito claras. Há relatórios apresentados pelo relator especial das Nações Unidas para a escravatura que documentam estas situações atuais. Ele apresentou esses relatórios à ONU, mas praticamente ninguém lhes prestou atenção. A União Africana não quer saber. A Liga Árabe também não. Simplesmente evitam mencioná-lo. A única figura política importante que referiu a escravatura transaariana – mas limitou-se a referir – foi o Presidente sul-africano Cyril Ramaphosa.

Devíamos discutir mais o presente do que o passado?
Na minha opinião, a prioridade deveria ser libertar as pessoas que ainda hoje vivem em situação de escravatura. Mas é só a opinião de uma pessoa. Do ponto de vista académico, devemos continuar a estudar todas as dimensões deste fenómeno, independentemente da época ou do lugar em que ocorreu. ●

É deplorável que as autoridades sauditas tenham fechado os arquivos e desencorajado a investigação sobre o seu tráfico de escravos

Atravessar o deserto do Saara podia ser mais cruel do que a travessia do Atlântico

João Paulo André
Os abetos de Emily Brontë



QUINTESSÊNCIA

O estado do tempo oferece-se diretamente aos sentidos, e a arte e a literatura aprenderam desde cedo a dar-lhe forma. Os românticos fizeram da tempestade uma expressão do sublime.

Uma tempestade cabe num quadro ou num romance. Altera a luz, agita a vegetação e revolta as águas. O estado do tempo oferece-se diretamente aos sentidos, e a arte e a literatura aprenderam desde cedo a dar-lhe forma.

Os românticos fizeram da tempestade uma expressão do sublime. Em Turner, o ar, feito de luz, vapor, fumo e água, ganha espessura. Em **Bleak House** (**A Casa Sombria**, 1853), de Dickens, o nevoeiro de Londres envolve as ruas e o Tribunal da Chancelaria, tornando-se imagem da obscuridade da justiça. Em **O Monte dos Vendavais** (1847), de Emily Brontë, o nome da casa de Heathcliff, *Wuthering Heights*, evoca a violência do vento, que ecoa na relação entre os protagonistas. Mas há um pormenor da paisagem que nos conduz do estado do tempo ao clima: Lockwood repara nos abetos que cresceram inclinados pela força do vento norte. A forma das árvores revela, assim, um traço do clima local. Dar a ver uma alteração desse clima exigiria, porém, mais do que isso. Para sugerir que antes predominava um vento de outro quadrante, a autora teria, por exemplo, de recorrer às recordações de um velho habitante.

Do mesmo modo, em **Caçadores na Neve** (1565), pintado na Pequena Idade do Gelo, Pieter Bruegel, o Velho, mostra-nos uma paisagem coberta de neve, mas o quadro, por si só, não nos diz se aquelas condições eram habituais ou excecionais naquela região.

Nas alterações climáticas, à distância no tempo junta-se a distância no espaço. O aquecimento provocado pelo aumento de dióxido de carbono (CO_2) na atmosfera contribui para a perda de gelo continental na Gronelândia e na Antártida, fazendo subir o nível do mar em costas a milhares de quilómetros. O CO_2 da queima de combustíveis fósseis difunde-se pela atmosfera, pelo que as emissões num lugar contribuem para o aquecimento de regiões distantes.



A física explica o mecanismo. Aquecida pelo Sol, a superfície terrestre emite radiação infravermelha. O CO_2 absorve parte dessa radiação e emite-a também em todas as direções, incluindo em direção à superfície da Terra. Com o aumento deste gás na atmosfera, o planeta passou a perder menos energia para o espaço do que absorve do Sol e, por isso, aquece.

Como representar, através de imagens ou de uma narrativa, a relação entre a chaminé e o recuo do glaciar, entre o (ainda) conforto de hoje e as consequências que se prolongarão por gerações? Alguns artistas e escritores têm procurado dar forma a estas questões.

Em **Ice Watch** (2014), Olafur Eliasson e o geólogo Minik Rosing dispuseram em círculo, na praça da Câmara Municipal de Copenhaga, doze blocos de gelo glaciar proveniente da Gronelândia (na imagem, a instalação de Paris, em 2015). Quem regressasse à praça dias depois podia ver quanto gelo desaparecera entretanto. Os blocos, dispostos como as horas no mostrador de um relógio, sublinhavam a passagem do tempo. Já John Akomfrah, numa instalação intitulada **Purple** (2017), distribuiu por seis ecrãs imagens de arquivo e filmagens suas, aproximando lugares e épocas distintos e relacionando o aquecimento global com a perda de biodiversidade e a poluição dos oceanos.

Na literatura, Margaret Atwood situa a biotecnologia e o poder empresarial num mundo marcado também pelas alterações climáticas e pela destruição dos ecossistemas. A sua trilogia **MaddAddam** é um exemplo de ficção climática, ou *cli-fi*. No primeiro volume, **Oryx and Crake** (2003), a mãe de Jimmy recorda a casa de praia da infância, entretanto levada pelo mar. Por sua vez, Amitav Ghosh, em **Gun Island** (2019), aproxima os Sundarbans, na baía de Bengala, e Veneza, seguindo personagens cujos meios de subsistência as tempestades e a salinização dos solos comprometeram. E em **The Ministry for the Future** (2020), Kim Stanley Robinson parte de uma vaga de calor mortal na Índia para explorar respostas políticas e económicas às alterações climáticas. O autor começa pela catástrofe, mas vai além dela. O risco, ao representar as alterações climáticas, está em ficar por aí. Um incêndio ou uma inundação impõem-se ao olhar. É mais difícil dar a ver a subida gradual da temperatura ou a maior frequência das cheias. Limitada aos dias em que uma povoação esteve submersa, a narrativa pode omitir o que mudou entre duas cheias, quem pôde reconstruir a casa e quem teve de partir.

Nos abetos de Brontë reconhecemos o vento de um lugar. Mais difícil é reconhecer, na história de quem perdeu a sua terra, os efeitos de decisões tomadas muito antes e muito longe dali. É essa distância que a força de uma instalação artística ou de uma obra literária pode tornar percetível. ●

Químico